



MANUAL DE PROCEDIMENTO

MPR/SFI-103-R00

PROCEDIMENTOS PARA EMISSÃO E REVOGAÇÃO DE PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS NO ÂMBITO DA GTFI

07/2024



[RESERVADO]

MPR/SFI-103-R00

REVISÕES

Revisão	Aprovação	Publicação	Aprovado Por	Modificações da Última Versão
R00	Não Publicado	29/07/2024	SFI	Versão Original

ÍNDICE

- 1) Disposições Preliminares, pág. 5.
 - 1.1) Introdução, pág. 5.
 - 1.2) Revogação, pág. 5.
 - 1.3) Fundamentação, pág. 5.
 - 1.4) Executores dos Processos, pág. 5.
 - 1.5) Elaboração e Revisão, pág. 5.
 - 1.6) Organização do Documento, pág. 6.
- 2) Definições, pág. 8.
 - 2.1) Expressão, pág. 8.
 - 2.2) Sigla, pág. 8.
- 3) Artefatos, Competências, Sistemas e Documentos Administrativos, pág. 9.
 - 3.1) Artefatos, pág. 9.
 - 3.2) Competências, pág. 9.
 - 3.3) Sistemas, pág. 10.
 - 3.4) Documentos e Processos Administrativos, pág. 11.
- 4) Procedimentos Referenciados, pág. 12.
- 5) Procedimentos, pág. 13.
 - 5.1) Emitir Auto de Infração no Âmbito da GTFI, pág. 13.
 - 5.2) Emitir Medida Cautelar no Âmbito da GTFI, pág. 18.
 - 5.3) Analisar Critérios para Revogação de Medida Cautelar no Âmbito da GTFI, pág. 22.
- 6) Disposições Finais, pág. 26.

PARTICIPAÇÃO NA EXECUÇÃO DOS PROCESSOS

GRUPOS ORGANIZACIONAIS

a) Geop - Pas Geop

- 1) Emitir Auto de Infração no Âmbito da GTFI

b) O GTFI

- 1) Analisar Critérios para Revogação de Medida Cautelar no Âmbito da GTFI
- 2) Emitir Medida Cautelar no Âmbito da GTFI

c) SFI - Servidor Designado

- 1) Analisar Critérios para Revogação de Medida Cautelar no Âmbito da GTFI
- 2) Emitir Auto de Infração no Âmbito da GTFI
- 3) Emitir Medida Cautelar no Âmbito da GTFI

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 INTRODUÇÃO

Este Manual de Procedimentos (MPR) trata dos procedimentos para emissão e revogação de providências administrativas no âmbito da GTFI.

O MPR estabelece, no âmbito da Superintendência de Inteligência e Ação Fiscal - SFI, os seguintes processos de trabalho:

- a) Emitir Auto de Infração no Âmbito da GTFI.
- b) Emitir Medida Cautelar no Âmbito da GTFI.
- c) Analisar Critérios para Revogação de Medida Cautelar no Âmbito da GTFI.

1.2 REVOGAÇÃO

Item não aplicável.

1.3 FUNDAMENTAÇÃO

Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, art. 31 e alterações posteriores

1.4 EXECUTORES DOS PROCESSOS

Os procedimentos contidos neste documento aplicam-se aos servidores integrantes das seguintes áreas organizacionais:

Grupo Organizacional	Descrição
GEOP - PAS GEOP	Grupo de servidores dedicados à avaliação da qualidade de processos administrativos sancionadores (PAS) na GEOP/SFI
O GTFI	Gerente Técnico de Execução da Ação Fiscal.
SFI - Servidor Designado	Servidor designado para atividades da GTFI/GEOP/SFI.

1.5 ELABORAÇÃO E REVISÃO

O processo que resulta na aprovação ou alteração deste MPR é de responsabilidade da Superintendência de Inteligência e Ação Fiscal - SFI. Em caso de sugestões de revisão, deve-se procurá-la para que sejam iniciadas as providências cabíveis.

Compete ao Superintendente de Inteligência e Ação Fiscal aprovar todas as revisões deste MPR.

1.6 ORGANIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O capítulo 2 apresenta as principais definições utilizadas no âmbito deste MPR, e deve ser visto integralmente antes da leitura de capítulos posteriores.

O capítulo 3 apresenta as competências, os artefatos e os sistemas envolvidos na execução dos processos deste manual, em ordem relativamente cronológica.

O capítulo 4 apresenta os processos de trabalho referenciados neste MPR. Estes processos são publicados em outros manuais que não este, mas cuja leitura é essencial para o entendimento dos processos publicados neste manual. O capítulo 4 expõe em quais manuais são localizados cada um dos processos de trabalho referenciados.

O capítulo 5 apresenta os processos de trabalho. Para encontrar um processo específico, deve-se procurar sua respectiva página no índice contido no início do documento. Os processos estão ordenados em etapas. Cada etapa é contida em uma tabela, que possui em si todas as informações necessárias para sua realização. São elas, respectivamente:

- a) o título da etapa;
- b) a descrição da forma de execução da etapa;
- c) as competências necessárias para a execução da etapa;
- d) os artefatos necessários para a execução da etapa;
- e) os sistemas necessários para a execução da etapa (incluindo, bases de dados em forma de arquivo, se existente);
- f) os documentos e processos administrativos que precisam ser elaborados durante a execução da etapa;
- g) instruções para as próximas etapas; e
- h) as áreas ou grupos organizacionais responsáveis por executar a etapa.

O capítulo 6 apresenta as disposições finais do documento, que trata das ações a serem realizadas em casos não previstos.

Por último, é importante comunicar que este documento foi gerado automaticamente. São recuperados dados sobre as etapas e sua sequência, as definições, os grupos, as áreas organizacionais, os artefatos, as competências, os sistemas, entre outros, para os processos de trabalho aqui apresentados, de forma que alguma mecanicidade na apresentação das informações pode ser percebida. O documento sempre apresenta as informações mais atualizadas de nomes e siglas de grupos, áreas, artefatos, termos, sistemas e suas definições, conforme informação disponível na base de dados, independente da data de assinatura do documento. Informações sobre etapas, seu detalhamento, a sequência entre etapas, responsáveis pelas etapas, artefatos, competências e sistemas associados a etapas, assim como seus nomes e os nomes de seus processos têm suas definições idênticas à da data de assinatura do documento.

2. DEFINIÇÕES

As tabelas abaixo apresentam as definições necessárias para o entendimento deste Manual de Procedimento, separadas pelo tipo.

2.1 Expressão

Definição	Significado
Ação Fiscal	É o processo de fiscalização para reprimir atos ilícitos no que concerne às competências da ANAC

2.2 Sigla

Definição	Significado
AI	Auto de Infração – Ato administrativo que visa à instauração de processo de apuração de infração, mediante a delimitação dos fatos apurados, a cientificação do autuado acerca dos mesmos, e a concessão de prazo ao autuado para, querendo, apresentar defesa.
GEOP	Gerência de Operações
GTFI	Gerência Técnica de Execução da Ação Fiscal
MACA	Manutenção Aeronáutica Clandestina
PAS	Processo Administrativo Sancionador. Processo administrativo que tem por finalidade a apuração, a repressão e a prevenção de infrações à legislação aeronáutica ou contrato de concessão, assegurando ao interessado o exercício do direito à ampla defesa e ao contraditório.
TACA	Transporte Aéreo Clandestino

3. ARTEFATOS, COMPETÊNCIAS, SISTEMAS E DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

Abaixo se encontram as listas dos artefatos, competências, sistemas e documentos administrativos que o executor necessita consultar, preencher, analisar ou elaborar para executar os processos deste MPR. As etapas descritas no capítulo seguinte indicam onde usar cada um deles.

As competências devem ser adquiridas por meio de capacitação ou outros instrumentos e os artefatos se encontram no módulo "Artefatos" do sistema GFT - Gerenciador de Fluxos de Trabalho.

3.1 ARTEFATOS

Nome	Descrição
SFI - GEOP - Guia Grupo de Qualidade PAS GEOP	Artefato da GEOP/SFI com orientações e procedimentos para a realização de atividades do grupo de qualidade PAS GEOP.
SFI - GTFI - Gestão de Risco no Âmbito da Fiscalização de Ação Fiscal (GTFI/GEOP)	Artefato da GTFI/GEOP que detalha as metodologias relativas à gestão de riscos, fiscalização baseada em riscos e responsividade aplicadas no âmbito dessa gerência técnica.
SFI - GTFI - ITD - 103 - 01 - Instruções para Emissão de Auto de Infração	Instrução de Trabalho Detalhada (ITD) com orientações quanto à instrução de processo sancionador no âmbito da SFI.
SFI - GTFI - Tutorial GRC - Emissão de Providências	Tutorial de uso do sistema GRC para os fluxos de trabalho relativos à emissão de providências administrativas.

3.2 COMPETÊNCIAS

Para que os processos de trabalho contidos neste MPR possam ser realizados com qualidade e efetividade, é importante que as pessoas que venham a executá-los possuam um determinado conjunto de competências. No capítulo 5, as competências específicas que o executor de cada etapa de cada processo de trabalho deve possuir são apresentadas. A seguir, encontra-se uma lista geral das competências contidas em todos os processos de trabalho deste MPR e a indicação de qual área ou grupo organizacional as necessitam:

Competência	Áreas e Grupos
-------------	----------------

Adota as medidas cabíveis na análise processual no âmbito da SFI.	SFI - Servidor Designado
Analisa processo administrativo sancionador examinando se os atos praticados no processo atenderam às formalidades essenciais ao cumprimento de sua finalidade e à garantia dos direitos do administrado, avaliando o caso concreto e os elementos dos autos perante as normas que regem a matéria.	GEOP - PAS GEOP
Comunica inequivocadamente os atos administrativos praticados nos processos administrativos sancionadores, de acordo com as notificações geradas.	O GTFI
Elabora minuta de auto de infração e relatório de fiscalização, de modo claro e objetivo, de acordo com a legislação pertinente.	SFI - Servidor Designado
Elabora notificações, relatórios e pareceres técnicos, de modo claro e objetivo, de acordo com a legislação pertinente.	O GTFI
Verifica existência de infração de forma criteriosa e imparcial com base em evidências coletadas.	GEOP - PAS GEOP

3.3 SISTEMAS

Nome	Descrição	Acesso
GRC-ANAC	Sistema de Governança, Risco e Conformidade. Este sistema centraliza os procedimentos de planejamento, execução e registro das informações em uma única plataforma e possibilita a gestão integrada da fiscalização.	https://grc.anac.gov.br/openpages/logon.jsp
SACI	Sistema Integrado de Informações da Aviação Civil	https://sistemas.anac.gov.br/saci/
SEI	Sistema Eletrônico de Informação.	https://sei.anac.gov.br/sip/login.php?sigla_orgao_sistema=ANAC&sigla_sistema=SEI
Sistema de Emissão e Gestão de Providências Administrativas - SMA	Possibilita a emissão e gestão das providências administrativas previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica e na Resolução ANAC n. 472/2018.	https://sma.anac.gov.br/SMA/Login.aspx?af92f3585f63IL_M_sii1lgnITXlbw1owzdoTqmVWB2s

3.4 DOCUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS ELABORADOS NESTE MANUAL

Não há documentos ou processos administrativos a serem elaborados neste MPR.

4. PROCEDIMENTOS REFERENCIADOS

Procedimentos referenciados são processos de trabalho publicados em outro MPR que têm relação com os processos de trabalho publicados por este manual. Este MPR não possui nenhum processo de trabalho referenciado.

5. PROCEDIMENTOS

Este capítulo apresenta todos os processos de trabalho deste MPR. Para encontrar um processo específico, utilize o índice nas páginas iniciais deste documento. Ao final de cada etapa encontram-se descritas as orientações necessárias à continuidade da execução do processo. O presente MPR também está disponível de forma mais conveniente em versão eletrônica, onde pode(m) ser obtido(s) o(s) artefato(s) e outras informações sobre o processo.

5.1 Emitir Auto de Infração no Âmbito da GTFI

Este Processo de Trabalho trata dos procedimentos relativos à emissão de autos de infração no âmbito da GTFI.

O processo contém, ao todo, 3 etapas. A situação que inicia o processo, chamada de evento de início, foi descrita como: "Lavratura de Auto de Infração requerida", portanto, este processo deve ser executado sempre que este evento acontecer. O solicitante deve seguir a seguinte instrução: 'Iniciar o processo de lavratura de auto de infração requerida'.

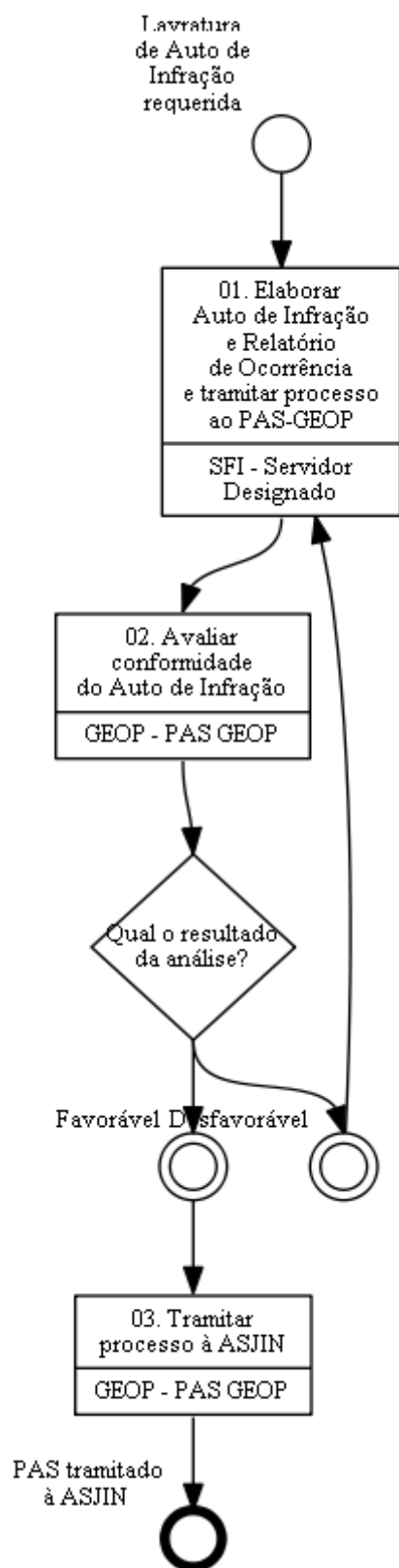
O processo é considerado concluído quando alcança seu evento de fim. O evento de fim descrito para esse processo é: "PAS tramitado à ASJIN.

Os grupos envolvidos na execução deste processo são: GEOP - PAS GEOP, SFI - Servidor Designado.

Para que este processo seja executado de forma apropriada, é necessário que o(s) executor(es) possua(m) as seguintes competências: (1) Verifica existência de infração de forma criteriosa e imparcial com base em evidências coletadas; (2) Analisa processo administrativo sancionador examinando se os atos praticados no processo atenderam às formalidades essenciais ao cumprimento de sua finalidade e à garantia dos direitos do administrado, avaliando o caso concreto e os elementos dos autos perante as normas que regem a matéria; (3) Elabora minuta de auto de infração e relatório de fiscalização, de modo claro e objetivo, de acordo com a legislação pertinente.

Também será necessário o uso dos seguintes artefatos: "SFI - GTFI - Tutorial GRC - Emissão de Providências", "SFI - GEOP - Guia Grupo de Qualidade PAS GEOP", "SFI - GTFI - ITD - 103 - 01 - Instruções para Emissão de Auto de Infração", "SFI - GTFI - Gestão de Risco no Âmbito da Fiscalização de Ação Fiscal (GTFI/GEOP)".

Abaixo se encontra(m) a(s) etapa(s) a ser(em) realizada(s) na execução deste processo e o diagrama do fluxo.



01. Elaborar Auto de Infração e Relatório de Ocorrência e tramitar processo ao PAS-GEOP

RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO: SFI - Servidor Designado.

DETALHAMENTO: Nesta etapa, após deliberação com a chefia e a conclusão pela necessidade de emissão de Auto de Infração, o servidor responsável deverá dar início ao Processo Administrativo Sancionador (PAS), a partir dos subsídios e evidências coletados nas etapas anteriores do processo de apuração ou de fiscalização.

O Auto de Infração é o documento que instaura o Processo Administrativo Sancionador e que contém a delimitação dos fatos que serão objeto de apuração. A emissão do Auto de Infração deve ser feita de acordo com o que é previsto na Resolução ANAC nº 472/2018, ou em norma que venha substituí-la.

Adicionalmente, além da emissão do Auto de Infração, deve ser elaborado o Relatório de Ocorrência, que deve ser juntado ao processo administrativo sancionador, e este deve ser instruído com os elementos relevantes à apuração dos fatos. Após lavratura do Auto de Infração e assinatura dos documentos, o processo deve ser encaminhado ao PAS GEOP.

As instruções de trabalho detalhadas atinentes à emissão de Auto de Infração e à instrução do processo sancionador com os documentos necessários estão contidas no artefato "SFI - GTFI - ITD - 103 - 01 - Instruções para Emissão de Auto de Infração".

Já o artefato "SFI - GTFI - Tutorial GRC - Emissão de Providências" contém as instruções para utilização do Sistema GRC-ANAC, considerando o fluxo de trabalho de cadastro de providências administrativas realizado nesse sistema.

Por fim, os critérios estabelecidos na SFI para instauração de processo sancionador em consonância aos preceitos da Regulação Responsiva e Perfis de Agentes estão dispostos no artefato "SFI - GTFI - Gestão de Risco no Âmbito da Fiscalização de Ação Fiscal (GTFI/GEOP)".

No caso de Processos Sancionadores relacionados entre si, solicita-se que o servidor faça o relacionamento dos processos no sistema SEI. Ainda, caso o PAS seja uma "relavatura" após indeferimento de Auto de Infração anterior emitido pelo grupo PAS GEOP ou pela primeira instância de julgamento, recomenda-se incluir despacho no processo que contém vício, informando o número do novo Auto de Infração e do PAS que foi instaurado. Esse despacho deve ser assinado e tramitado ao grupo de revisão "PAS GEOP" para ciência e arquivamento.

O Sistema de Emissão e Gestão de Providências Administrativas - SMA poderá ser utilizado nesse procedimento.

COMPETÊNCIAS:

- Elabora minuta de auto de infração e relatório de fiscalização, de modo claro e objetivo, de acordo com a legislação pertinente.

ARTEFATOS USADOS NESTA ATIVIDADE: SFI - GTFI - Gestão de Risco no Âmbito da Fiscalização de Ação Fiscal (GTFI/GEOP), SFI - GTFI - Tutorial GRC - Emissão de Providências, SFI - GTFI - ITD - 103 - 01 - Instruções para Emissão de Auto de Infração.

SISTEMAS USADOS NESTA ATIVIDADE: GRC-ANAC, SEI, Sistema de Emissão e Gestão de Providências Administrativas - SMA.

CONTINUIDADE: deve-se seguir para a etapa "02. Avaliar conformidade do Auto de Infração".

02. Avaliar conformidade do Auto de Infração

RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO: Geop - Pas Geop.

DETALHAMENTO: Nesta etapa, o servidor designado do grupo PAS GEOP deve realizar o controle de qualidade do Processo Sancionador iniciado na etapa anterior. O PAS GEOP é um grupo de servidores dedicados à revisão dos autos de infração emitidos decorrentes de atividades de ação fiscal. A avaliação consiste na verificação se o PAS contém vícios, antes de dar encaminhamento à ASJIN.

Caso tenha sido identificado vício insanável, o servidor designado pela análise deve:

- Preencher e assinar checklist de análise ("Checklist para análise de consistência dos AI") disponível como documento/formulário no sistema SEI;
- Minutar despacho decisório para assinatura do GEOP;
- Indicar os pontos de melhoria e instruir o servidor que emitiu a medida; e
- Devolver o processo à unidade geradora do PAS.

Estando o PAS sem vícios insanáveis, basta tramitar o processo à ASJIN.

Mais detalhes sobre o procedimento adotado pelo grupo PAS GEOP estão contidos no artefato "SFI - GEOP - Guia Grupo de Qualidade PAS GEOP"

Em linhas gerais, o grupo de qualidade PAS GEOP foi criado com o intuito de reduzir o número de autos arquivados por vício insanável na SFI, sendo adotadas as seguintes premissas:

- * A revisão tem foco nos aspectos formais, principalmente relacionados a vícios insanáveis, por exemplo:
 - Aderência do Relatório de Ocorrência com o conteúdo do Auto de Infração;
 - Verificação das Ementas/EF em relação a sua adequação ao histórico do AI;
 - Anexação de documentos necessários para a comprovação da infração; e
 - Existência de apenas um elemento infracional em cada Auto de Infração.
- * O Grupo de Qualidade não atua na pertinência da emissão do auto, permanecendo essa prerrogativa com o servidor responsável pela emissão e sua chefia.
- * Os autos de infração lavrados devem passar pela avaliação do Grupo de Qualidade antes de serem tramitados à ASJIN.
- * Caso o Auto de Infração seja aprovado pelo grupo, será encaminhado à ASJIN.
- * Caso alguma pendência tenha sido identificada, será preenchido um checklist com as observações pertinentes, emitido um despacho decisório pelo GEOP e retornado ao servidor para nova lavratura com as correções indicadas.

Demais artefatos e sistemas que poderão ser utilizados nesse procedimento:
Artefatos: "SFI - GTFI - ITD - 103 - 01 - Instruções para Emissão de Auto de Infração" e "SFI - GTFI - Tutorial GRC - Emissão de Providências"
Sistemas: Sistema de Emissão e Gestão de Providências Administrativas e GRC-ANAC.
COMPETÊNCIAS: <ul style="list-style-type: none">- Analisa processo administrativo sancionador examinando se os atos praticados no processo atenderam às formalidades essenciais ao cumprimento de sua finalidade e à garantia dos direitos do administrado, avaliando o caso concreto e os elementos dos autos perante as normas que regem a matéria.- Verifica existência de infração de forma criteriosa e imparcial com base em evidências coletadas.
ARTEFATOS USADOS NESTA ATIVIDADE: SFI - GTFI - Tutorial GRC - Emissão de Providências, SFI - GTFI - ITD - 103 - 01 - Instruções para Emissão de Auto de Infração, SFI - GEOP - Guia Grupo de Qualidade PAS GEOP.
SISTEMAS USADOS NESTA ATIVIDADE: SEI, GRC-ANAC, Sistema de Emissão e Gestão de Providências Administrativas - SMA.
CONTINUIDADE: caso a resposta para a pergunta "Qual o resultado da análise?" seja "favorável", deve-se seguir para a etapa "03. Tramitar processo à ASJIN". Caso a resposta seja "desfavorável", deve-se seguir para a etapa "01. Elaborar Auto de Infração e Relatório de Ocorrência e tramitar processo ao PAS-GEOP".

03. Tramitar processo à ASJIN
RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO: Geop - Pas Geop.
DETALHAMENTO: Caso não sejam identificados vícios insanáveis na avaliação do PAS pelo analista do PAS GEOP, o processo deve ser encaminhado à ASJIN.
Artefatos e sistemas que poderão ser utilizados nesse procedimento: Artefatos: "SFI - GTFI - ITD - 103 - 01 - Instruções para Emissão de Auto de Infração", "SFI - GTFI - Tutorial GRC - Emissão de Providências" e "SFI - GEOP - Guia Grupo de Qualidade PAS GEOP". Sistemas: Sistema de Emissão e Gestão de Providências Administrativas - SMA, GRC-ANAC, e SEI.
ARTEFATOS USADOS NESTA ATIVIDADE: SFI - GEOP - Guia Grupo de Qualidade PAS GEOP, SFI - GTFI - Tutorial GRC - Emissão de Providências, SFI - GTFI - ITD - 103 - 01 - Instruções para Emissão de Auto de Infração.
SISTEMAS USADOS NESTA ATIVIDADE: SEI, GRC-ANAC, Sistema de Emissão e Gestão de Providências Administrativas - SMA.
CONTINUIDADE: esta etapa finaliza o procedimento.

5.2 Emitir Medida Cautelar no Âmbito da GTFI

Este Processo de Trabalho trata dos procedimentos relativos à emissão de medidas cautelares no âmbito da GTFI.

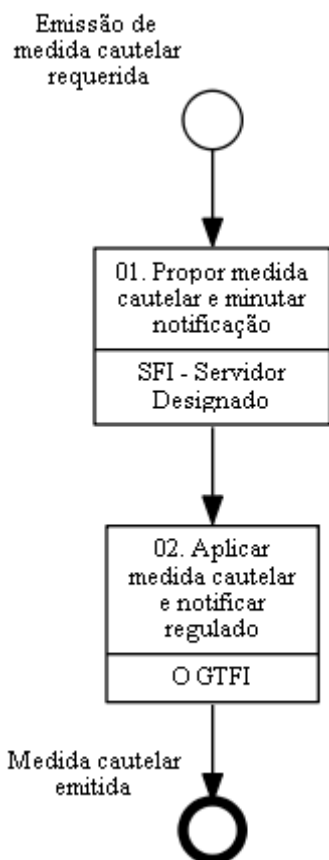
O processo contém, ao todo, 2 etapas. A situação que inicia o processo, chamada de evento de início, foi descrita como: "Emissão de medida cautelar requerida", portanto, este processo deve ser executado sempre que este evento acontecer. O solicitante deve seguir a seguinte instrução: 'Emitir medida cautelar requerida'.

O processo é considerado concluído quando alcança seu evento de fim. O evento de fim descrito para esse processo é: "Medida cautelar emitida.

Os grupos envolvidos na execução deste processo são: O GTFI, SFI - Servidor Designado.

Para que este processo seja executado de forma apropriada, é necessário que o(s) executor(es) possua(m) as seguintes competências: (1) Adota as medidas cabíveis na análise processual no âmbito da SFI; (2) Comunica inequivocadamente os atos administrativos praticados nos processos administrativos sancionadores, de acordo com as notificações geradas.

Abaixo se encontra(m) a(s) etapa(s) a ser(em) realizada(s) na execução deste processo e o diagrama do fluxo.



01. Propor medida cautelar e minutar notificação

RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO: SFI - Servidor Designado.

DETALHAMENTO: Identificada situação que configure risco iminente à segurança de voo, à integridade física de pessoas, à coletividade, à ordem pública, à continuidade dos serviços prestados ou ao interesse público, as providências acautelatórias adequadas e suficientes para eliminar ou mitigar satisfatoriamente os riscos devem ser adotadas.

Em situações que apresentem risco iminente à segurança, a fiscalização contará com medidas acautelatórias (totais ou parciais) que são imediatamente executadas e se manterão até que o nível de segurança seja reestabelecido (normalmente com a comprovação da correção pelo regulado). A aplicação de medida cautelar não impede a adoção, em qualquer momento, de outras medidas administrativas, sejam elas preventivas ou sancionatórias.

Com o objetivo de uniformizar os procedimentos de emissão de medidas acautelatórias no âmbito da SFI, nas fiscalizações em que a Ordem de Serviço for emitida pela SFI, a emissão do Auto de Medida Acautelatória deverá ter anuência prévia da gestão (COAFI e/ou GTFI). Assim, caso seja identificada situação que enseje a emissão de cautelar, o servidor deverá contatar a gestão da GTFI pelos meios de comunicação mais céleres disponíveis (whatsapp, Teams, ligação, e-mail), para obter validação da ação a ser adotada.

Após a confirmação do risco iminente e anuência, o servidor emitirá o Auto de Medida Acautelatória de próprio punho (ou emitir no SMA e imprimir, caso haja recurso), para fins de notificação da providência junto ao regulado. O Auto de Medida Acautelatória deverá ser encaminhado à GTFI para registro, controle e tratativa de regularização junto ao regulado.

Dessa forma, a equipe de inspeção ou servidor designado poderão, motivadamente e a qualquer tempo, propor providências administrativas acautelatórias, dando ciência sobre essa adoção à gestão da GTFI. Para tanto, deve-se propor documento de notificação ao acautelado. Em caso da recusa do autuado em assinar a notificação da medida cautelar, a assinatura do servidor que emitir-la, acompanhada de uma anotação sobre o fato, suprirá a falta.

É importante que a equipe fiscalizadora esteja familiarizada com as circunstâncias geradoras de auto de medida acautelatória/cautelar e demais procedimentos definidos pela agência, conforme disposto na resolução ANAC nº 472/2018, ou outra que venha substituí-la.

ATENÇÃO: Nas fiscalizações em que a Ordem de Serviço for emitida por outra Superintendência, a emissão do Auto de Medida Acautelatória deverá ser aprovada pelo ponto focal indicado pela GTPC, seguindo os procedimentos da unidade demandante. Estes casos não serão tratados pela GTFI.

Demais sistemas que poderão ser utilizados nesse procedimento: GRC - ANAC e SEI.

COMPETÊNCIAS:

- Adota as medidas cabíveis na análise processual no âmbito da SFI.

SISTEMAS USADOS NESTA ATIVIDADE: SEI, GRC-ANAC, Sistema de Emissão e Gestão de Providências Administrativas - SMA.

CONTINUIDADE: deve-se seguir para a etapa "02. Aplicar medida cautelar e notificar regulado".

02. Aplicar medida cautelar e notificar regulado

RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO: O GTFI.

DETALHAMENTO: Para adequada aplicação da medida cautelar no âmbito da GTFI, as seguintes etapas devem ser cumpridas:

1. Constatação do risco iminente e consulta à GTFI pelo servidor;
2. Anuência da COAFI e/ou GTFI;
3. Emissão do Auto de Medida Cautelar (manualmente, no caso de atividade externa);
4. Geração do Auto de Medida Cautelar no SMA (mesmo que seja emitido manualmente, deverá ser inserido posteriormente no SMA), ou em sistema que venha a substituí-lo;
5. Relacionamento do processo de medida cautelar com o processo de fiscalização ou de apuração, se houver;
6. Instrução processual (SEI) e atualização de sistemas de controle (SACI); e
7. Notificação do regulado.

O GTFI poderá obter suporte de servidores designados para realização dos trâmites processuais (cadastro no SMA ou GRC - ANAC, inclusão de "Pendências" no SACI, instrução

de processo, minuta de ofício etc.), cabendo ao GTFI a assinatura do ofício de notificação da medida cautelar aplicada.

Quanto à atualização do sistema SACI, no caso de interdição de aeronaves, deve-se acessar a tela “Pendência” (SIAC > AERONAVE > PENDÊNCIA > INCLUIR), e inserir o código de interdição X. No caso de cautelares em desfavor de mecânicos ou pilotos, o caminho é: PEL > AERONAUTAS > DADOS GERAIS > SUSPENSÃO ou PEL > AERONAUTAS > HABILITAÇÃO > SUSPENSÃO.

Para aplicação da medida cautelar é necessário que sejam definidos previamente o escopo das restrições impostas, bem como as ações e condições resolutivas necessárias para revogação da medida cautelar. As medidas acautelatórias se manterão até que o nível de segurança seja reestabelecido.

Além disso, a gestão deve atentar-se para que os seguintes elementos sejam considerados:

- **Motivação e Fundamentação:** A decisão deve ser devidamente justificada, com base em fatos e fundamentos jurídicos claros, que demonstrem a urgência e necessidade da medida;
- **Proporcionalidade e Razoabilidade:** A medida deve ser adequada, necessária e equilibrada em relação ao dano que se busca evitar;
- **Reversibilidade:** O provimento cautelar não pode ser tão gravoso a ponto de impossibilitar a reversão ao estado anterior;
- **Perigo da demora:** Risco de dano irreparável ou de difícil reparação caso a medida não seja adotada prontamente.

Por fim, deve ser realizada a notificação e envio de ofício ao regulado, dando ciência da medida aplicada e oportunizando a defesa ou apresentação das ações corretivas para cessar o acautelamento. Essa notificação deve conter:

- Fato identificado (situação, história);
- Tipificação (requisito que deu causa a cautelar);
- Risco iminente identificado;
- Tipo de medida cautelar emitida; e
- Medida necessária para revogação da cautelar

O SEI poderá ser utilizado neste procedimento.

COMPETÊNCIAS:

- Comunica inequivocadamente os atos administrativos praticados nos processos administrativos sancionadores, de acordo com as notificações geradas.

SISTEMAS USADOS NESTA ATIVIDADE: GRC-ANAC, SACI, SEI, Sistema de Emissão e Gestão de Providências Administrativas - SMA.

CONTINUIDADE: esta etapa finaliza o procedimento.

5.3 Analisar Critérios para Revogação de Medida Cautelar no Âmbito da GTFI

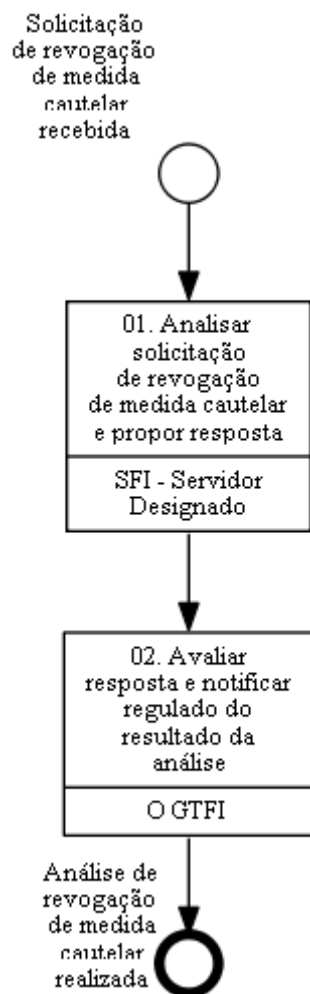
Este Processo de Trabalho trata dos procedimentos relativos à análise de solicitações de revogação de medidas cautelares aplicadas no âmbito da GTFI.

O processo contém, ao todo, 2 etapas. A situação que inicia o processo, chamada de evento de início, foi descrita como: "Solicitação de revogação de medida cautelar recebida", portanto, este processo deve ser executado sempre que este evento acontecer. Da mesma forma, o processo é considerado concluído quando alcança seu evento de fim. O evento de fim descrito para esse processo é: "Análise de revogação de medida cautelar realizada".

Os grupos envolvidos na execução deste processo são: O GTFI, SFI - Servidor Designado.

Para que este processo seja executado de forma apropriada, é necessário que o(s) executor(es) possua(m) as seguintes competências: (1) Elabora notificações, relatórios e pareceres técnicos, de modo claro e objetivo, de acordo com a legislação pertinente; (2) Adota as medidas cabíveis na análise processual no âmbito da SFI.

Abaixo se encontra(m) a(s) etapa(s) a ser(em) realizada(s) na execução deste processo e o diagrama do fluxo.



01. Analisar solicitação de revogação de medida cautelar e propor resposta

RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO: SFI - Servidor Designado.

DETALHAMENTO: No momento da aplicação da medida cautelar, foram definidos o escopo das restrições impostas e as condições resolutivas necessárias para revogação da medida cautelar. Considerando que as medidas acautelatórias se mantêm até que o nível de segurança seja reestabelecido, deve-se aguardar a resposta do regulado com a comprovação de que as condições resolutivas foram atendidas satisfatoriamente.

De posse da resposta do regulado, o material deve ser analisado, criteriosamente, para emissão de resposta quanto ao cumprimento das condições resolutivas previamente definidas. Esse resultado é evidenciado pelo preenchimento e assinatura de checklist de análise (denominado “Checklist revogação cautelar” e disponível como documento/formulário no SEI). Essa etapa é executada por servidor designado para a atividade.

Após avaliação, o servidor designado deve propor resposta ao regulado (informando da manutenção da medida cautelar ou revogação desta, conforme resultado da análise). No caso de indeferimento do pedido de revogação da medida imposta, deve-se informar os motivos da decisão - indicando quais itens ainda restam pendentes ou não satisfatórios.

A minuta de ofício será encaminhada ao GTFI (inclusão em bloco de assinatura) para validação, assinatura e posterior envio ao regulado. O analista deve estar atento aos prazos e metas pactuados na unidade, quanto ao tempo de análise de resposta a medidas cautelares.

Demais sistemas que poderão ser utilizados nessa atividade: SMA, GRC e SACI.

COMPETÊNCIAS:

- Adota as medidas cabíveis na análise processual no âmbito da SFI.

SISTEMAS USADOS NESTA ATIVIDADE: SACI, SEI, GRC-ANAC, Sistema de Emissão e Gestão de Providências Administrativas - SMA.

CONTINUIDADE: deve-se seguir para a etapa "02. Avaliar resposta e notificar regulado do resultado da análise".

02. Avaliar resposta e notificar regulado do resultado da análise

RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO: O GTFI.

DETALHAMENTO: Nesta etapa, o gestor deve avaliar o resultado da análise realizada na etapa anterior (propondo alterações, se necessário). Estando de acordo com o deferimento ou indeferimento do pedido de revogação da medida cautelar aplicada, deve realizar as etapas necessárias para efetivar essa decisão, o que pode incluir:

- 1) Atualização de sistemas (SACI e GRC-ANAC), retirando eventuais pendências;
- 2) Assinatura do Ofício proposto;
- 3) Notificação do regulado;
- 4) Encaminhamento do processo a outra unidade, para ciência ou ações cabíveis; e
- 5) Demais medidas necessárias para efetivar a decisão.

No caso de revogação de medida cautelar de interdição de aeronave, deve-se acessar a tela "Pendência" (SIAC > AERONAVE > PENDÊNCIA > ALTERAR), e retirar o código de interdição X. No campo "cumprimento" deverá ser informado o número SEI do documento ou processo de cumprimento. No caso de cautelares em desfavor de mecânicos ou pilotos, o caminho é: PEL > AERONAUTAS > DADOS GERAIS > SUSPENSÃO ou PEL > AERONAUTAS > HABILITAÇÃO > SUSPENSÃO.

Recomenda-se que seja inserido nos autos do processo comprovante da revogação da medida cautelar, se esse for o caso (exemplo: tela do sistema SACI).

Caso a decisão seja pela continuidade da medida cautelar, deve-se notificar novamente o regulado e aguardar resposta complementar.

Ainda, não havendo manifestação do regulado, a unidade poderá indicar pelo arquivamento do processo e manutenção da medida cautelar, tendo em vista que as condições resolutiveas definidas não foram endereçadas e os riscos que deram causa à medida persistem.

Para atividades de cunho administrativo ou de elaboração de documentos, é possível obter suporte do setor administrativo da área ou da própria equipe inspetora (ou servidor designado), desde que o gestor avalie a documentação e valide, via assinatura, as minutas propostas.

COMPETÊNCIAS:

- Elabora notificações, relatórios e pareceres técnicos, de modo claro e objetivo, de acordo com a legislação pertinente.

SISTEMAS USADOS NESTA ATIVIDADE: SACI, SEI, GRC-ANAC.

CONTINUIDADE: esta etapa finaliza o procedimento.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

Em caso de identificação de erros e omissões neste manual pelo executor do processo, a SFI deve ser contatada. Cópias eletrônicas deste manual, do fluxo e dos artefatos usados podem ser encontradas em sistema.